Interseções entre a Ecologia Política e a Agroecologia na Licenciatura em Geografia a partir da Extensão universitária

Victor Hugo Costa [1]
UERJ-FEBF

Felipe Rangel Tavares[2]
UERJ-FEBF

Resumo. A extensão universitária é um componente indissociável da universidade pública brasileira, atuando como um catalisador de transformações sociais. Ao levar o conhecimento produzido na academia para além dos muros institucionais, ela fortalece o vínculo da universidade com a comunidade e consolida seu papel como um espaço de produção e disseminação de saberes em prol do bem comum. Deste modo, este artigo debate algumas articulações entre a Ecologia Política e a Agroecologia, a partir de práticas extensionistas, na formação de professores de Geografia. Observamos que as interseções entre estes ramos do conhecimento na extensão promovem o engajamento com as problemáticas do lugar e da vida cotidiana, o reconhecimento e valorização de saberes oriundos de povos originários e populações tradicionais, além de favorecer o comprometimento com a transformação para a melhoria das condições sociais e espaciais da população.

Palavras-chave: Ecologia Política; Agroecologia; Extensão; Licenciatura em Geografia; Baixada Fluminense.

Intersections between political ecology and agroecology in geography graduation through university extension

Abstract. University extension is an inseparable component of the Brazilian public university, acting as a catalyst for social change. By taking the knowledge produced in academia beyond the institutional walls, it strengthens the university's bond with the community and consolidates its

[1] Discente do curso de Geografia, UERJ-FEBF. E-mail: victorhugocostadutra@gmail.com. https://orcid.org/0009-0001-9929-4453
[2] Doutor em Geografia, PUC-Rio. E-mail: tavares.geo@gmail.com. https://orcid.org/0000-0003-0482-6865

role as a space for producing and disseminating knowledge for the common good. In this way, this article discusses some links between Political Ecology and Agroecology, based on extension practices, in the training of Geography teachers. We observed that the intersections between these branches of knowledge in extension promote engagement with the problems of place and everyday life, the recognition and appreciation of knowledge from native peoples and traditional populations, as well as fostering a commitment to transformation in order to improve the social and spatial conditions of the population.

Keywords: Political Ecology; Agroecology; Extension; Geography Graduation; Baixada Fluminense.

Intersecciones entre ecología política y agroecología en la graduación de geografía a través de la extensión universitaria

Resumen. La extensión universitaria es un componente inseparable de la universidad pública brasileña, que actúa como catalizador del cambio social. Al llevar el conocimiento producido en la academia más allá de los muros institucionales, fortalece el vínculo de la universidad con la comunidad y consolida su papel como espacio de producción y difusión de conocimiento a favor del bien común. De esta forma, este artículo discute algunos de los vínculos entre Ecología Política y Agroecología, a partir de prácticas de extensión, en la formación de profesores de Geografía. Observamos que las intersecciones entre estas ramas del conocimiento en la extensión promueven el compromiso con los problemas del lugar y de la vida cotidiana, el reconocimiento y la valorización de los saberes de los pueblos originarios y de las poblaciones tradicionales, además de favorecer el compromiso con la transformación para mejorar las condiciones socio-espaciales de la población.

Palabras clave: Ecología Política; Agroecología; Extensión; Graduación de Geografía;BaixadaFluminense.

Introdução

O presente trabalho busca debater as interseções entre a Ecologia Política, a Agroecologia e a Extensão universitária na formação de professores de Geografia. Trata-se de um tecer de teias que se faz a partir do curso de Licenciatura em Geografia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), localizada no município de Duque de Caxias-RJ. Apresentamos e discutimos a experiência de um projeto extensionista que desenvolve um sistema agroflorestal (SAF), a partir de uma horta comunitária e agroecológica, no campus da FEBF.

A Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu, no artigo 207º, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a respeito das universidades públicas no Brasil. A criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), na década de 1980, foi fundamental para a institucionalização da extensão na forma de lei. Já na década de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), no artigo 52º, também afirmou a extensão como elemento fundamental das universidades brasileiras. A Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU), apresentada pelo FORPROEX em 2012, define a extensão como: "*um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade*". Ainda em tempo, a Resolução n.º7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação, estabeleceu que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, devendo fazer parte da matriz curricular dos cursos. Diante de sua relevância, este artigo se debruça sobre a extensão para discutir alguns de seus impactos na formação de professores de Geografia.

Concordamos com Candiotto (2020) quando afirma a multidimensionalidade da agroecologia, seja enquanto ciência, enquanto prática e movimento. A agroecologia revela um sentir-pensar-fazer fundamental para

refundar o humanismo e a democracia, a partir de outras relações com a T/terra, ambientes e territórios; com a escola e com a universidade; mais próximo das lutas por re-existência dos movimentos e dos povos – que conforma uma importante dimensão ontológica e epistemológica da Ecologia Política, em seu papel de politizar a relação sociedade-natureza. Portanto, a Ecologia Política e a Agroecologia carregam em si um caráter extensionista, pois, além do necessário engajamento da sociedade – seja na organização/mobilização política, seja na participação e exercício da cidadania – há um evidente horizonte político de transformação contra-hegemônica: um convite à interação entre Universidade e sociedade que as desafia a se repensar/refazer, nas veredas da pluralidade e do pensamento crítico.

Buscamos delinear algumas contribuições desses ramos do conhecimento para a formação de professores de Geografia, considerando a relação entre teoria e prática, a valorização de saberes locais e a necessária superação da dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana.

Diálogos entre a Ecologia Política e a Agroecologia a partir da Extensão universitária

Podemos compreender a Ecologia Política como um campo do conhecimento que busca politizar a relação sociedade-natureza, isto é, analisar os processos de transformação, (re)apropriação e (res)significação da natureza, a partir das relações sociais de poder, em diferentes contextos concretos, historicamente datados e geograficamente situados (Souza, 2019). O estatuto epistemológico da Ecologia Política revela uma interação íntima entre movimentos sociais (as lutas por justiça ambiental, a ambientalização das lutas) e a universidade, sendo um campo interdisciplinar. De acordo com Enrique Leff (2003), a Ecologia Política é um terreno de uma luta pela desnaturalização da natureza, isto porque, a matriz da racionalidade hegemônica no mundo ocidental foi desenvolvida para dominar a natureza, a partir do estabelecimento de dualismos e dicotomias que apartam sociedade e natureza como entidades desintegradas.

No contexto latino-americano, marcado por processos de acumulação por despossessão, ou, pela colonização da natureza, a Ecologia Política exige repensar os fundamentos da matriz de racionalidade eurocêntrica, pois, a questão ambiental - sobretudo no Brasil - adquire outros contornos: de acordo com Carlos Walter Porto-Gonçalves (2010), a natureza e a cultura são politizados com o deslocamento da luta pela terra para a luta pelo território. Essas lutas são processos de re-existência de camponeses, quilombolas, populações tradicionais, povos originários e povos subalternizados, do campo e da cidade. De acordo com Peter A. Walker (2011), a Ecologia Política se estabelece na Geografia como um campo dominante da pesquisa humano-ambiental e, o futuro da Ecologia Política, pode ter importantes implicações para o futuro da Geografia como um todo, uma vez que, a relação homem-meio, ou, sociedade-natureza, constitui uma das tradições fundantes da ciência geográfica.

Neste sentido, como disciplina de caráter obrigatório e determinante na caracterização da ênfase do curso de licenciatura em Geografia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, a Ecologia Política cumpre um importante papel pedagógico no percurso formativo dos discentes, na tentativa de provocar questionamentos acerca dos postulados hegemônicos que despolitizam a relação sociedade-natureza, e que terminam por agravar questões ambientais como as mudanças climáticas, a crise hídrica, a matriz energética fossilista, a questão da insegurança alimentar e as questões de saúde pública, como evidenciadas pela pandemia da Covid-19 .

Já a agroecologia se apresenta, em relação à epistemologia, enquanto um ramo do conhecimento interdisciplinar, que promove a construção do saber acadêmico em confluência ao saber ancestral e com o saber popular. O sentir-pensar (Ribeiro et.al., 2017) agroecologia é proveniente de um lócus enunciação de vivencias em territórios onde comunidades indígenas, quilombolas, campesinas e periféricas reproduzem suas cosmovisões e ancestralidades passando a diante as práticas e, assim, construindo uma pedagogia

agroecológica. Essas comunidades relacionam-se de maneira não dicotômica com o ambiente, onde são ensinados, desde a infância, a conviver com a mata, os rios, as estações do ano e a própria terra.

Sendo a agroecologia uma construção social que influencia o espaço geográfico é clara a relação com a epistemologia da geografia. Entender a contribuição para a educação geográfica, proporciona por sua vez, assimilar seu papel social sobre os processos pedagógicos, vivenciais e as territorialidades onde o discente está inserido. Quando analisados de maneira integral, as relações sociais e as transformações do espaço geográfico, em meio as características locais, produzem uma narrativa para entender a organização socioespacial no espaço-tempo (Pitano; Noal, 2015).

A ciência geográfica se define como um modo de leitura do espaço geográfico ao analisar, interpretar e explicar os fenômenos naturogênicos e antropogênicos diversos que o formam. O docente é aquele que tem o papel de cultivar, junto com o aluno, a capacidade de ler o mundo de forma crítica, reflexiva a partir de sua dinâmica (Pitano; Noal, 2015 p.71). A agroecologia sendo uma prática social tão integrativa à terra e ao território, termina por agir como um ponto de partida multitemático para ação docente de geografia, de modo experimentado, em “laboratórios vivos”, para uma educação geográfica significativa.

A promoção de interseções entre a Ecologia Política e a Agroecologia na formação de professores de Geografia ocorre a partir das atividades do projeto de extensão “*Horta Comunitária da FEBF: a construção do Comum a partir da Agroecologia em espaços urbanos*”. A metodologia pedagógica adotada baseia-se na didática Camponês a Camponês (CAC) a qual se quebra o paradigma comumente apresentado pelo extensionismo clássico, onde é imposto um conhecimento acadêmico a um produtor o qual pode aderi-lo ou rejeitá-lo (Sosa et.al 2012). O CAC constrói um conhecimento acadêmico a partir do saber tradicional e popular aprimorando e valorizando as comunidades tradicionais que, quando expostos, se identificam com mais facilidade,

reproduzem e passam a diante (Sosa et.al 2012). Assim como a universidade constrói conhecimento junto aos campesinos, no CAC é possível criar narrativas pedagógicas quem ampliem para outros contextos, como o urbano, por exemplo.

Na próxima seção, apresentaremos as principais atividades desenvolvidas a partir do ano de 2023, com o projeto de extensão “Horta comunitária da FEBF”, que foi batizado como “Horta Agroecológica Nego Bispo”, com o intuito de homenagear o pensador quilombola que fez sua passagem em dezembro de 2023.

O projeto de extensão “Horta comunitária da FEBF”

Partimos do entendimento de que o espaço geográfico é um produto socionatural (Swyngedouw, 2001), em que as sociedades se apropriam, transformam e (res)significam a primeira natureza, dando origem à segunda natureza (Souza, 2019). Esta compreensão é fundamental para observar o metabolismo sociedade/natureza, uma relação indissociável, que, no âmbito da modernidade ocidental capitalista, foi alvo de fragmentações seja no âmbito da ciência, seja no âmbito do trabalho (da prática). Tal fragmentação é perceptível na separação entre campo e cidade, ao ponto de considerar-se o rural e o urbano como entidades absolutamente distintas. O campo abarcaria as representações da natureza, e a cidade as representações da civilidade, da cultura. Neste sentido, o campo se "afasta" da cidade, e esta se "afasta" do campo - o que não condiz com a realidade dos fenômenos.

É com o intuito de desfazer essas concepções que o projeto de criação de uma horta agroecológica no interior de um sistema agroflorestal (SAF), no contexto de uma faculdade na região metropolitana do Rio de Janeiro, se afirma. Nosso intuito é promover debates acerca da relação sociedade/natureza a partir da relação rural-urbano, repensando a questão da propriedade da terra/solo, da produção de alimentos, da soberania (e segurança) alimentar e da autonomia dos povos subalternizados no campo e na cidade.

A implementação da horta tem como horizonte três eixos de ação: 1) “Sentipensar” agroecologia, Ecologia Política e epistemologias do Sul; 2) Soberania alimentar em espaços urbanos periféricos; 3) A produção do comum no espaço urbano. O primeiro eixo possui um caráter ontológico e epistemológico, no sentido em que busca promover outras racionalidades, outras formas de pensar geograficamente (e politicamente) a relação sociedade natureza, reconhecendo outras matrizes e fontes de saberes territoriais. O segundo eixo busca pôr em debate a questão alimentar, sobretudo pela influência do geógrafo Josué de Castro, que publicou a obra Geografia da Fome e demonstrou que a subnutrição é um projeto político perverso. Por fim, o terceiro eixo pretende discutir o Comum, entendido como um “regime de práticas, de lutas, de instituições e de investigações que apontam um porvir não capitalista” (Dardot E Laval, 2015, p.21), portanto, um questionamento da propriedade privada do solo e da terra como mercadoria, isto é, a necessidade de repensar outros modos de apropriação social do espaço, considerando as dimensões simbólicas e materiais.

Quando consideramos o papel da extensão, nos deparamos com a indispensável tarefa de lidar com os dilemas cotidianos que atravessam a Universidade no território em que está inserida. É nesta direção que ao verificar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Duque de Caxias (2017-2020), observamos que, embora a produção agrícola seja diversificada (predominando as pequenas propriedades com concentrações de terras abaixo de 10ha), há evidências de uma "monotonia alimentar", com destaque para alimentos processados, como macarrão, sucos/refrescos/sucos em pó e refrigerantes. O arroz, o feijão, o tomate, a alface, a batata inglesa e a banana também foram destacados no plano municipal. Além disso, o plano apresenta dados sobre situações de insegurança alimentar em Duque de Caxias, associadas ao perfil de renda e dieta entre adultos e crianças (considerando feijão, frutas, refrigerante, biscoitos doces ou recheados, doce, bala ou chocolate).

Tais evidências corroboram com Porto-Gonçalves (2018), quando aponta para a uniformização da agricultura e erosão genética decorrente desta: 90% de nossa alimentação procede de apenas 15 espécies de plantas e de 8 espécies de animais. A destruição da diversidade genética aumenta a vulnerabilidade, isto é, a insegurança alimentar. Além disso, como afirma o autor, "a monocultura de alimentos é, em si mesma, a negação de todo um legado histórico da humanidade (...) a monocultura não visa a alimentar quem produz, e sim à mercantilização do produto" (Porto-Gonçalves, 2018, p. 213). A destruição da diversidade genética é, portanto, a destruição de conhecimentos e técnicas ancestrais. Conforme Bartholl (2021, p.103), a agroecologia e a soberania alimentar se tornaram "elemento-chave de uma abrangente luta rural-urbana nas periferias por uma vida digna e pelo direito à cidade". Segundo o autor, a região metropolitana contém iniciativas diversificadas, que poderiam ser denominadas "movimento agroecológico de base urbana". Nesta direção, a horta comunitária da FEBF busca contribuir nestes movimentos da sociedade, seja com ações, seja com reflexões.

Ações extensionistas com a Horta Agroecológica Nego Bispo: oficinas e visitações

No primeiro ano do projeto Horta comunitária da FEBF, semeamos muito trabalho e colhemos bons frutos. Desde abril de 2023, quando o projeto teve sua aprovação e início, realizamos uma chamada de voluntários que resultou no cadastramento de 51 pessoas. Juntamente com o LABGEOFEAPE, coordenado pela prof. Andrea Paula (UERJ-FEBF), realizamos as análises do solo da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, que consiste num aterro, isto é, não apresenta horizontes bem definidos. Após às análises, e em diálogo com a direção e prefeitura do campus, definimos a área onde seriam implementadas a composteira, para preparação do composto orgânico, e a área para o plantio e cultivo (horta agroecológica). Com as áreas definidas, realizamos, no dia 19 de maio de 2023, a primeira reunião do projeto, onde foram apresentados os objetivos e eixos que orientam a ação extensionista.

Após a primeira reunião, que contou com uma ampla participação, organizamos três oficinas, que inspiradas na sabedoria de Nego Bispo, denominamos de "Confluência de saberes". A primeira oficina ocorreu no dia 02 de Junho, com o tema "*Agroecologia, Universidade e a Extensão*", com a participação da prof. Dr.ª Joana Simoni (UERJ-FEBF). No mês seguinte, realizamos a segunda oficina, realizada no dia 07 de julho, com o tema "*A importância dos solos*", ministrada pelo estudante Arthur Ventura, bolsista do LABGEOFEAPE, discente do curso de Geografia da FEBF. A terceira, e última oficina realizada, ocorreu no dia 25 de setembro, com o tema "*Hortas em Universidades*", com a participação do Coletivo Colher Urbano, do curso de Geografia da UFRRJ, coordenado pela prof. Drª Roberta Arruzo (UFRRJ). Essas oficinas, abertas para toda a comunidade da FEBF e da sociedade civil, foram amplamente divulgadas por meio das redes sociais (@teyas.geofebf - conta do projeto de extensão no Instagram), e tiveram por objetivo uma primeira aproximação do tema aos interessados.

No dia 18 de setembro, realizamos o mutirão para criação de um leira de compostagem - fundamental para produzir o composto orgânico a ser utilizado para garantir os nutrientes necessários para o plantio. No dia 25 de setembro, juntamente com o Coletivo Colher Urbano (UFRRJ), abrimos o primeiro canteiro da horta comunitária, plantando feijões e milho crioulos (Figura 1).

Em seu primeiro ano de ação, o projeto Horta comunitária da FEBF foi fundamental para articular saberes - práticos e teóricos - integrando ensino e pesquisa à extensão, através das oficinas e atividades que aproximaram os estudantes: a) de ações extensionistas que integram a universidade com as demandas da sociedade; b) da relação com a terra, plantio e cultivos, possibilitando um outra olha para a relação sociedade-natureza; c) da possibilidade de aplicar os conhecimentos produzidos na universidade. A partir de uma vinculação com os debates introduzidos pelas disciplinas Ecologia Política, Geografia Agrária e Educação Ambiental, o projeto proporcionou uma

experiência de concretização de saberes a partir da criação de uma composteira e da abertura do primeiro canteiro de cultivo com sementes crioulas.

O impacto social do projeto Horta Comunitária da FEBF foi percebido através da possibilidade de fomentar uma ecologia de saberes, que se desdobra a partir da partilha de conhecimentos populares, ancestrais e acadêmicos em torno da agroecologia. Além disso, o projeto proporcionou atividades extra-curriculares, encontros formativos (oficinas) e atividades práticas (compostagem e implementação do canteiro de cultivos). Trata-se de uma iniciativa que integra práticas agroecológicas com a educação ambiental e o ensino de Geografia, discutindo a soberania alimentar, outra relação com a natureza e outras epistemologias.

Figura 1

À esquerda, primeira leira de compostagem; à direita, criação do primeiro canteiro de cultivo com o Coletivo Colher Urbano.

Fonte: Arquivo dos autores (2023).

Figura 2

À esquerda, apresentação da horta para estudantes de uma escola municipal de Duque de Caxias-RJ; à direita, visita ao sítio da Dona Juliana (Juju),

produtora agroecológica e guardiã de sementes crioulas.

Fonte: Arquivo dos autores (2023).

A partir das oficinas de formação (sobre extensão, solos e hortas em universidades) e das ações práticas realizadas, o projeto proporcionou processos de aprendizagem pela pesquisa-ação, aproximando saberes de diversas matrizes em torno da agroecologia, enquanto metodologia, teoria e movimento político. Debatemos sobre manejo e uso do solo; sobre a relação entre pequenos produtores rurais e universidade; sobre movimentos sociais do campo e universidade; sobre técnicas de cultivo e soberania alimentar - sobretudo em contextos urbanos periféricos - que é o caso da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense.

Implementação de um Sistema agroflorestal para recuperação de aterros

A Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) está localizada às margens da Baía de Guanabara, numa área originalmente constituída por uma planície flúvio-marinha de área natural de inundação que, a partir dos anos 1950, sofre uma série de alterações provenientes de aterros de grandes proporções, reduzindo sua superfície e criando áreas para a abertura de rodovias, instalação de indústrias químicas, farmacêuticas, refinarias e expansão populacional urbana (Amador; Russo, 2000). De acordo com Guerra (2009), um aterro é caracterizado por um depósito artificial de qualquer tipo de material removido pelo homem, localizados, geralmente, no leito de estradas e lugares baixos para o estabelecimento da linha de declive uniforme, como o da Baixada Fluminense, pode promover melhorias significativas na situação de degradação

ambiental, recuperando a fertilidade dos solos e possibilitando sua produtividade.

Para implementação do SAF, primeiramente, realizamos um levantamento dos fundamentos dos sistemas agroflorestais, das técnicas de manejo agroecológico, planejamento e aplicabilidade. Em seguida, a partir da implementação de uma área de cultivo no campus da FEBF (Figura 3), aplicamos uma série de técnicas de manejo sobre o aterramento.

Figura 3

(1) Croqui de Planejamento para implementação de um SAF; (2) Preparo do aterro em 2024; (3) Cobertura com material seco e verde; (4) Situação em Julho/2024.

Fonte: Autores (2024).

O manejo dos canteiros foi realizado de maneira apropriada, a aração não ultrapassou 15 cm de profundidade, devido ao fato de que, camadas mais profundas geralmente serem impregnadas por antibióticos excretados por fungos e lixiviados da camada a cima: quando misturadas, as camadas podem gerar um substrato de difícil diversificação de espécies, sejam microrganismos ou plantas. Além disso, o uso de adubação orgânica é amplamente utilizado, como a aplicação da técnica do bokashi (rico em nutrientes e microrganismos que agem tornando o solo menos compactado) e com o uso de chorume rico em macro-nutrientes. As escolhas das plantas também impactam na aparência do solo, a adubação verde, uso de plantas fixadoras de nutrientes como leguminosas que fixam nitrogênio, o uso de variedades de feijões foi amplamente consorciado com outras plantas.

A partir da aração adequada e da cobertura de matéria orgânica associada à adubação orgânica (provenientes das técnicas de manejo agroecológico) pode-se observar a melhoria na estrutura física do solo, possibilitando a recuperação de solos degradados, favorecendo a fertilidade e a redução da erosão (Primavesi, 2016). Além disso, segundo Macedo et al. (2013, p.31), o microclima gerado pelo plantio de árvores ajuda no controle de temperatura: a sombra projetada pela copa das árvores promove o aumento da umidade gerada através da evapotranspiração, melhorando a qualidade do ar.

As práticas ancestrais da agroecologia representam uma solução prometedora para regeneração de aterros por meio de manejo sustentável e produtivo. Ademais, é capaz de transformar áreas degradadas, oferecendo vantagens econômicas e ambientais para população urbana. Além disso, esse tipo de manejo age como um diferencial na possibilidade de atuar como perspectiva produtiva em conjunto da conservação do meio ambiente.

Além da implementação do SAF no ano de 2024, realizamos visitas técnicas para coletar mudas e composto orgânico no município de Magé- RJ, no sítio da produtora agroecológica e guardiã de sementes Dona Juliana (Juju), visitamos a Aldeia Maraka’nã, onde conhecemos o trabalho do professor José

Ángel Quinteiro Weir sobre a re-existência dos povos indígenas na Venezuela. Também realizamos apresentações para estudantes de escolas da rede pública localizadas em Duque de Caxias, no dia da Baixada Fluminense (30 de abril). No mês de julho, participamos do Festival Cultural da Agrobiodiversidade, onde foi celebrado a Festa da partilha de sementes e mudas, na Catedral de Santo Antônio de Jacutinga, no município de Nova Iguaçu- RJ. Participamos também do Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ENPSSAN), realizado no campus UERJ Maracanã, no mês de setembro. Em novembro, participamos do Congresso Internacional de Resistência da Aldeia Maraka'nã. Além de ter realizado, no decorrer do ano, inúmeros mutirões de manejo do solo e cultivo de espécies, como também, duas oficinas de formação e prática.

Considerações finais

Observamos que as interseções entre a Ecologia Política e a Agroecologia, através da extensão, promovem, pelo menos, três situações no processo de formação de professores de Geografia: 1) o engajamento com as problemáticas do lugar e da vida cotidiana; 2) o reconhecimento e valorização de saberes oriundos de povos originários e populações tradicionais; 3) o comprometimento com a transformação para a melhoria das condições sociais e espaciais da população.

Pelo caráter ativista da Ecologia Política, que desde sua origem sempre manteve um profundo diálogo com os movimentos sociais e correntes críticas do ambientalismo, o engajamento social com as problemáticas do lugar e da vida cotidiana torna-se uma atitude fundamental, que é favorecida pelas práticas extensionistas – através da mobilização do conhecimento em direção aos problemas e dilemas da sociedade –, e através da educação geográfica, cujos debates sempre sinalizaram a importância de considerar a realidade dos discentes na construção do conhecimento a partir da escola. Podemos afirmar que uma Ecologia Política que não dialoga com a sociedade e seu ambiente, não cumpre seu papel crítico, ou seja, é característico desse campo do

conhecimento, um contínuo movimento de interlocução com a sociedade, não apenas realizando a pesquisa científica, mas, proporcionando a devolução de resultados que encaminhem mudanças nas relações entre sociedade-natureza: daí um evidente caráter extensionista. Deste modo, temos articulado a Ecologia Política com a extensão na formação de professores de Geografia, assinalando a indispensável contextualização geo-histórica das questões ambientais em suas múltiplas escalas, sobretudo, àquela que diz respeito à vida cotidiana.

A Agroecologia é acionada na resolução de problemas sociais diversos, desde a erosão e infertilidade dos solos, até a questão da insegurança alimentar na Baixada Fluminense. Assim, são incontestáveis as contribuições da Ecologia Política e da Agroecologia à extensão, especialmente na formação de professores(as) de Geografia que irão mobilizar inúmeras ferramentas conceituais e didáticas para produzir leituras críticas do metabolismo sociedade-natureza no espaço geográfico, buscando não apenas compreendê-lo, mas, transformá-lo, numa perspectiva crítica. Ainda em tempo, embora a Agroecologia seja mais popularizada devido à sua dimensão técnica (manejos, métodos, etc.), há uma dimensão epistemológica que corrobora para o reconhecimento e valorização de saberes oriundos de povos originários e populações tradicionais. E neste sentido, cabe uma breve crítica à noção que, em muitos casos, termina por homogeneizar uma pluralidade de formas de saber-fazer com solos, plantas, sementes e cultivos sob a terminologia “agroecologia” - promovendo, inclusive, a mercantilização do conhecimento, através de “cursos sobre agroecologia”. É preciso, portanto, ter cuidado para que, sob a terminologia de “agroecológico”, não estejamos contribuindo para a invisibilização e silenciamento de sujeitos que, antes da noção ser construída, já praticavam manejos considerados sustentáveis ou ecologicamente justos com os ambientes. O reconhecimento e valorização desses saberes ancestrais e/ou tradicionais tem aproximado esses grupos da universidade, uma ação é fomentada via extensão.

É patente, portanto, o comprometimento com a transformação para a melhoria das condições sociais e espaciais da população, das quais

ressaltamos: a) nos modos de uso e ocupação sustentáveis do solo; b) na compreensão, significação e relação com o mundo não-humano a partir de princípios e valores ecologicamente justos e éticos; c) no campo da saúde pública a partir de uma alimentação balanceada, que ofereça todos os nutrientes necessários para o bom desenvolvimento e formação do corpo humano; d) no desenvolvimento de tecnologias sociais que favoreçam a proteção ambiental vinculada à justiça ambiental; e) na constante organização, formação e mobilização política frente às situações de injustiça ambiental.

A Horta agroecológica Nego Bispo, em dois anos de atividades, proporcionou tais reflexões e, à medida em que articula mais participantes, amplia suas redes e se engaja com outras problemáticas sociais, levanta novos debates, outras demandas.

O intuito deste artigo foi discutir a prática extensionista numa interlocução com a Ecologia Política e a Agroecologia, no contexto de um curso de licenciatura em Geografia na Baixada Fluminense. Há muitos desafios e limitações, dos quais ressaltamos apenas dois: 1) a escassez de financiamento em ações de extensão, o que implica na redução do potencial de alcance das atividades; 2) uma atitude de desprezo pela Extensão, com a valorização da Pesquisa no seio da universidade: a histórica mobilização do FORPROEX, que resultou na recente resolução do Conselho Nacional de Educação sobre a integralização curricular da extensão, é um movimento que torna explícito o desafio de valorizar essa dimensão da Universidade pública no Brasil.

A pesquisa é de suma importância e também repercute socialmente com suas contribuições, porém, temos assistido, no contexto neoliberal contemporâneo, um processo de financeirização da pesquisa, seja com a criação de *rankings*, pontuação de periódicos científicos, programas de pós-graduação, concorrência de editais que não abrangem a realidade dos professores-pesquisadores-extensionistas da universidade pública, gerando um verdadeiro processo de elitização do conhecimento capitaneado pela pesquisa. Qual é o lugar da Extensão? Para onde vai a Extensão? Acreditamos que este

artigo apresenta algumas respostas, sem esgotá-las. Afirmamos a importância de fortalecer o tripé ensino-pesquisa-extensão, não apenas para o cumprimento formal das leis, todavia, para ratificar a relevância social da universidade pública no Brasil.

Referências

AMADOR, E. da S; RUSSO, P. R. Baía de Guanabara: uma luta de 30 anos – entrevista com o Professor Elmo da Silva Amador. **GeoUERJ**, n.7, p.89-102, 2000.

BARTHOLL, T. Favela e soberania alimentar. In: VRADIS, A. et al. **Favela, resistência e a luta pela soberania alimentar**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021. 336 p.

CANDIOTTO, L. Z. P. Agroecologia: Conceitos, princípios e sua multidimensionalidade. Ambientes: **Revista de Geografia e Ecologia Política**, v.2, p. 25-75, n.2, 2020.

DARDOT, P. LAVAL, C. **Común: ensayo sobre la revolución en el siglo XXI**. 2ª edição, Barcelona: Gedisa editorial, 2015. 672 p.

GUERRA, A. T; GUERRA, A. J. T. **Novo Dicionário Geológico-geomorfológico**. 7ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009.

LEFF, E. La Ecología Política en América Latina: un campo en construcción. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.18, .12, p. 17-40, 2003.

MACEDO, J. L. V. de et al. **Sistemas agroflorestais: princípios básicos**. Série Técnica de Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável, n.25, Manaus: Instituto Amazônia, 2013.

PITANO, S. d. C.; NOAL, Rosa Elena. O ensino da Geografia a partir da compreensão do contexto local e suas relações com a totalidade. **Geografia ensino & pesquisa**, p. 67-78, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **GEOgraphia**, v. 8, n. 16, 4 fev. 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 462 p.

RIBEIRO, Dionara Soares et al. **Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia**. São Paulo: Expressão Popular, p. 124-126, 2017.

SOSA, Braulio Machín et al. **Revolución Agroecológica. El movimiento de Campesino a Campesino de la ANAP en Cuba**. Tercera edición para Colombia, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e Território: uma introdução à ecologia política**. 1ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2019.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e "urbanização-cyborg". In Henri Acselrad (org.) **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

WALKER, P. A. Ecologia Política: onde está a ecologia?. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.23, p.89-93, 2011.